

Alesp aprova orçamento do estado sem emendas prioritárias ao funcionalismo público

*Relatório final mantém renúncia fiscal bilionária.
Oposição aponta 'cheque em branco' ao novo governo*

O relatório do deputado Delegado Olim (PP) ao projeto de lei (PL) 578/2022, que contém a proposta do Executivo para o orçamento do estado no próximo ano, foi aprovado na noite de 20/12. O texto do relator deixou de fora as emendas prioritárias, de interesse geral do funcionalismo, de autoria de parlamentares do PSOL e do PT.

É o caso das emendas que previam a devolução dos valores confiscados das aposentadorias e pensões pelo Decreto 65.021/2020, o cumprimento da data-base do funcionalismo paulista, investimentos no Iamspe, aumento do vale-refeição, recursos para o Hospital do Servidor Público Estadual e chamada dos aprovados em concurso da SPPREV.

Atuando em nome das entidades representativas das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, o Fórum das Seis solicitou aos/as parlamentares que apresentassem emendas e, depois, para que o relator as incorporasse no projeto final. Elas previam mais verbas para os hospitais universitários, recursos para permanência estudantil, reajuste salarial / correção do vale-alimentação / plano de saúde institucional aos/as profissionais do Centro Paula Souza, entre outras, e não foram incorporadas. O relatório aprovado pelo plenário contempla algumas emendas de caráter geral voltadas às universidades e ao Centro, de vários autores, mas que ainda não foram divulgadas em detalhes.

No total, foram 21.332 propostas de emendas ao PL 578.



Plenário da Assembleia Legislativa durante a votação do orçamento do estado para 2023 (Foto: Portal Alesp)

Para as universidades estaduais paulistas, mantém-se o que já havia sido aprovado na Lei Orçamentária Anual: 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação do ICMS.

'Cheque em branco' ao novo governo e renúncia fiscal

Parlamentares do PSOL e do PT criticaram o relatório final do deputado Olim ao orçamento do estado, considerando que ele conferiu um verdadeiro 'cheque em branco' para Tarcísio de Freitas (Republicanos). Após se reunir com a equipe de transição do futuro governo, Olim deixou em aberto a possibilidade de vários remanejamentos de recursos, sem especificar de onde seriam retirados e nem para onde iriam, para livre uso do novo governo. "Deixamos bastante espaço para ele mexer no orçamento depois", reconheceu o relator (*Folha de S. Paulo*, 21/12/2022).

A oposição também considerou "escandalosa" a enorme renúncia fiscal prevista no PL 578 e mantida no relatório aprovado. A receita total projetada para o próximo ano é de cerca de R\$ 317,4 bilhões (10,7% superior à do orçamento aprovado para 2022), enquanto a isenção ficou em torno de R\$ 80 bilhões, em favor de grandes frigoríficos, mineradoras, empresas aéreas e outras.

Entidades do funcionalismo entregam pauta ao novo governador e pedem audiência

Fórum das Seis integra movimento para defender os serviços públicos e os direitos do funcionalismo

A Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos entregou à equipe de transição do futuro governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) um documento com as principais reivindicações do conjunto do funcionalismo paulista e o pedido de agendamento de audiência.

A Frente, que se reúne semanalmente, agrupa centrais sindicais e sindicatos representativos dos/as servidores/as públicos/as do estado de São Paulo, entre eles as entidades que compõem o Fórum das Seis.

Entregue no dia 13/12, o documento traz reivindicações

gerais. Guardadas algumas especificidades, elas também dizem respeito aos/as servidores/as das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza:

→ 1) **Justiça para aposentados e pensionistas:** Devolução dos valores que foram confiscados dos/as aposentados/as e pensionistas da SPPREV, pelo Decreto 65.021/2020.

→ 2) **Recomposição das perdas salariais do conjunto do funcionalismo:** Cumprimento da data-base do funcionalismo, 1º de março, com a revisão geral anual de salários, asse-



gurando-se reposição de perdas e política de aumento real, para servidores/as da ativa e aposentados/as.

Obs.: No caso das universidades estaduais, a negociação salarial se dá diretamente com os reitores e a data-base é 1º de maio.

→ 3) Diálogo, negociação e transparência:

3.1 - Criar 'Mesa de Negociação Permanente' com as entidades do funcionalismo. A mesma mesa deve existir em todas as secretarias, empresas e setores.

3.2 - Realizar a regulamentação do direito de greve, negociado no âmbito da 'Mesa de Negociação Permanente'.

3.3 - Garantia às funcionárias e aos funcionários públicos estaduais de condições para a participação das atividades sindicais e associativas das entidades às quais mantêm filiação.

→ 4) Valorização salarial e profissional:

4.1 - Planos de carreira com conversação de forma paritária em todas as secretarias, empresas e fundações.

4.2 - Obrigatoriedade de realização de concursos públicos para todos os cargos vagos.

4.3 - Revogação da remuneração por subsídio.

4.4 - Revogação da política de prêmios, gratificações e assemelhados, com a incorporação aos salários dos já existentes.

4.5 - O retorno ao direito das faltas abonadas.

4.6 - Extinguir e revogar os processos de terceirização e privatização.

4.7 - Criar programas de formação continuada para o funcionalismo público.

4.8 - Manter os adicionais de insalubridade para os setores que justificam.

→ 5. Por melhores condições de trabalho:

5.1 - Adequar infraestrutura e equipamentos de trabalho adequados nas repartições públicas para as necessidades das servidoras e acesso do público.

5.2 - Disponibilidade de creche e espaço para amamentação no local de trabalho.

5.3 - Campanha Permanente com portarias, punições e combate ao Assédio Moral e Sexual no setor público.

5.4 - Garantia de segurança nos locais de trabalho onde sejam necessárias, como escolas, hospitais, presídios etc.

5.5 - Garantir a harmonia nos ambientes de trabalho, com discussão das metas, tarefas, avaliações de forma conjunta e democrática entre chefias e funcionários.

→ 6. Direito à saúde:

6.1 - Estabelecer programa de prevenção e promoção da saúde das servidoras e servidores públicos.

6.2 - Garantir orçamento governamental para o IAMSPE, destinando verbas no mínimo equivalentes a contribuição do fun-

cionalismo.

6.3 - Instituir Conselhos de Administração e fiscal paritários no IAMSPE.

6.4 - Garantir a escolha do Superintendente do IAMSPE pelo conjunto do funcionalismo através da Comissão Consultiva Mista do IAMSPE.

6.5 - Revitalização da rede própria do IAMSPE.

6.6 - Estabelecer programa de recuperação da qualidade de atendimento no Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE – e em toda rede credenciada. conjunta e democrática entre chefias e funcionários.

Secretários anunciados têm perfil privatista e empresarial. Na segurança, um defensor da violência policial

O futuro governador Tarcísio de Freitas já confirmou vários nomes para o secretariado paulista. Entre eles, alguns apresentam perfil privatista e empresarial ostensivo. É o caso de Renato Feder (*foto*), anunciado para a Educação, Jorge Luís Lima (Desenvolvimento Econômico) e Samuel Kinoshita (Fazenda).



O primeiro, recém-saído da secretaria da Educação do Paraná, traz na bagagem a terceirização de boa parte dos funcionários das escolas estaduais, a contratação de uma universidade privada para fornecer teleaulas no ensino médio, em lugar de contratar professores, e a passagem da gestão escolar para empresas privadas.

Lima e Kinoshita, por sua vez, foram assessores do ultraliberal ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, que disparou seguidas granadas contra os serviços públicos (cortes na saúde, na educação, na ciência e na pesquisa) e o funcionalismo público.

O futuro secretário de Segurança Pública, o deputado federal reeleito Guilherme Muraro Derrite (PL), o Capitão Derrite, é famoso por defender pautas conservadoras e a morte de suspeitos pela polícia. “O camarada trabalhar cinco anos na rua e não ter pelo menos três mortes de suspeitos por tiros, na minha opinião é vergonhoso”, disse Derrite em 2015 (*Portal G1*, 2/12/2022).

Entidades apresentam reivindicações à equipe de transição de Lula

Centrais sindicais e entidades como o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) entregaram documentos à equipe de transição do governo Lula, contendo as principais demandas do funcionalismo público.

Assim como reivindicado ao futuro governo paulista (*veja matéria acima*), entre as reivindicações centrais estão o estabelecimento de uma mesa de negociação permanente; o respeito aos direitos dos/as servidores/as públicos/as e a garantia dos serviços públicos; contra a reforma ad-

ministrativa e pela revogação das Reformas da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio, além da EC 95/2016, que impôs o ‘teto de gastos’.

As entidades destacaram a necessidade de revogação de todos os ataques às categorias do funcionalismo público ocorridos durante o governo Bolsonaro (como os tempos congelados pela LC 173/2022). Sobre a PEC 32, que prevê a Reforma Administrativa, a equipe de transição destacou que já há o compromisso público do novo governo em arquivá-la.